



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
IMPLEMENTADO NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO
SOBRINHO: AVANÇOS PEDAGÓGICOS E ENTRAVES
POLÍTICOS**

VANILDA ANANIAS DA SILVA

**BELO HORIZONTE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
IMPLEMENTADO NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO
SOBRINHO: AVANÇOS PEDAGÓGICOS E ENTRAVES
POLÍTICOS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Aline Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vanilda Ananias da Silva

O PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL IMPLEMENTADO NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO: AVANÇOS PEDAGÓGICOS E ENTRAVES POLÍTICOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de 2015, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a. M^a. Aline Gabriele Pereira– Orientadora

Prof^a. Vanilda Ananias da Silva - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Vanessa (que foi minha 'tutorinha', desde o início, da carta de intenção às revisões das atividades postadas), Andressa (que além do incentivo me ensinou a paginar o Projeto Político Pedagógico), ao Gabriel (meu técnico de informática: sempre me orientando como fazer uso das tecnologias e da plataforma do curso).

Não me perdoaria deixar de dedicar também este trabalho aos Funcionários (pela cooperação e empenho nas apresentações do Projeto Político Pedagógico), aos pais, alunos e à comunidade que compreensiva e carinhosamente aceitaram que o Projeto Político Pedagógico da nossa Escola fosse instrumento de estudo no Curso de Gestão Escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me carregar nos braços dando-me forças para prosseguir, mesmo quando já não tinha coragem para dar um passo rumo às atividades acadêmicas, depois de um árduo e longo dia de trabalho. Por guiar, iluminar e proteger todos que, direta ou indiretamente, participaram do 'nosso curso de Gestão Escolar na UFMG'.

Agradeço e peço a Deus que ilumine sempre os caminhos da minha colega de curso e agora amiga Neuza Duarte, um anjo que Deus colocou em meu caminho para que eu não desistisse do curso e também da Direção da Escola.

Às nossas amáveis Professoras de Curso que pacientemente nos orientaram e estimularam a não desistir, assim como aqueles que nos encontros presenciais participaram ativamente ou no anonimato para que pudéssemos ter o melhor do melhor.

“Nada muda o passado, mas nunca é tarde para resgatar aquilo que foi bom.”

Tuca Neves

RESUMO

O presente trabalho baseia-se no estudo do Projeto de Educação em Tempo Integral da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, a qual funciona em dois endereços, tendo sua Sede no Bairro Santo Hipólito e seu segundo endereço no bairro no bairro Tanquinho I, ambos a cidade de João Monlevade. A Escola passou, a partir do ano de 2008, por um processo de implantação de projetos que tinham como objetivo principal o desenvolvimento das habilidades e competência de seus educandos no contra turno. O primeiro, denominado Projeto Aprender com Prazer foi realizado por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade. O segundo intitulado Projeto Educação em Tempo Integral (PROETI), ocorreu com o apoio da Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais. Ambos realizaram, através de oficinas, atividades que ajudaram no processo de formação do aluno sob uma ótica diferente da que era priorizada no Ensino Regular. Entretanto, ao final do ano de 2010, a parceria com a Prefeitura Municipal foi encerrada e, apesar de a Escola continuar com o PROETI, as características do projeto mudaram, assumindo um caráter de extensão do turno regular, o que culminou em seu término no ano de 2013. Após análise e estudos dos resultados apresentados pela escola nas avaliações externas (PROALFA e PROEB), observa-se que os projetos representaram um ganho significativo para os alunos. Justifica-se, portanto, a importância do trabalho: pretende-se que o PROETI volte a funcionar na instituição através de oficinas como ocorreu nos anos anteriores para manutenção dos bons resultados e atendimento às metas propostas pela SEE/MG.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral; Projeto Político-Pedagógico; PROETI.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. O PROJETO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (PROETI)..... | 10 |
| 3. O PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL IMPLEMENTADO NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO..... | 13 |
| 4. RESOLUÇÃO DE QUADRO PESSOAL DA SEE/MG: UMA QUESTÃO ADMINISTRATIVA OU PEDAGÓGICA?..... | 17 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 19 |
| REFERÊNCIAS..... | 20 |
| ANEXO A – CRITÉRIO PARA PADRÃO DE DESEMPENHO NAS AVALIAÇÕES PROALFA E PROEB..... | 23 |
| ANEXO B - ACORDO DE RESULTADOS – PLANO DE METAS ESTABELECIDAS PARA E. E. ANTONIO LOUREIRO SOBRINHO, DE 2006 A 2014..... | 24 |
| ANEXO C - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO | 25 |

1. INTRODUÇÃO

Para que a escola promova uma educação de qualidade é necessário levar em consideração sua identidade, seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), quais atores se entrelaçam em tempos e circunstâncias para obter resultados satisfatórios.

A garantia de um processo de ensino-aprendizagem eficaz advém de distintos elementos que ocorrem de forma conjunta no contexto educacional. Guará (2009) apresenta essa realidade em seu trabalho.

A aprendizagem depende, num primeiro nível, dos fatores associados ao aluno, como suas características pessoais e sua atitude em relação à escola. Uma segunda influência é exercida pela família, por seus recursos econômicos e culturais, por seu envolvimento com a escola e sua estrutura. No terceiro nível encontram-se a própria escola e o modelo de ensino nela adotado. O professor tem papel central na evolução da aprendizagem, que depende, ainda, de sua forma de gestão da classe e da matéria, do tipo de classe e das relações que dentro dela se estabelecem. No âmbito escolar importam, de modo significativo, o modelo de gestão e direção da escola, o projeto pedagógico e, finalmente, os outros recursos físicos, humanos e pedagógicos existentes (GUARÁ, 2009, p.69).

Os fatores que permeiam a vida escolar do educando são inúmeros. Sendo assim, é de fundamental importância que eles sejam considerados em seu processo de formação. O trabalho a ser desenvolvido deve ocorrer de forma abrangente, nas esferas política, social e pedagógica a fim de proporcionar o desenvolvimento pleno do aluno em suas diferentes habilidades e competências.

É ao encontro de atender essa demanda que surge, em 2005, o Projeto Aluno de Tempo Integral (PATI¹). Em agosto de 2007, o PATI passou a ser denominado Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI²), almejando criar oportunidades reais para que o aluno pudesse desenvolver-se como pessoa e cidadão; para que a escola efetivamente garantisse ao mesmo uma melhor aprendizagem; e para que o aluno pudesse progredir nos estudos, superando obstáculos e enfrentando desafios (MINAS GERAIS, 2009, p. 7). Entretanto, o documento que guiou a transformação foi publicado somente em 2009, o que retardou em anos a aplicação do Projeto.

¹ PATI – O Projeto Aluno de Tempo Integral surgiu como uma proposta da Secretaria de Estado de Minas Gerais no ano de 2005, com intuito de aumentar a jornada escolar do aluno, e consequentemente, garantir melhor aprendizagem. (PAIVA, 2013)

² PROETI – O Projeto Escola de Tempo Integral foi implantado em 2005, pela Secretaria de Educação de Estado de Minas Gerais, inicialmente como Projeto Aluno de Tempo Integral (PATI), com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos por meio da ampliação da sua permanência diária na Escola. (PAIVA, 2013)

Em seu artigo, Fernandes e Ferreira (2012) evidenciam o panorama brasileiro no que se referem à Educação em tempo Integral, que já vinha sendo incentivada desde a década de 1990, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN/1996. Segundo os autores a política Educação Integral:

Surgiu, pois, da necessidade de melhorar a qualidade da educação, reduzindo o fracasso escolar e proporcionando às crianças e jovens novas possibilidades de se desenvolverem. É um novo desafio para a educação pública brasileira, levando em consideração que vivenciam-se tempos de mudanças. Além disso, há que se considerar a complexidade da vida social contemporânea e as muitas e diferentes crises – de diferentes características – que perpassam a educação em nível nacional (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 2).

É neste contexto que o presente trabalho se insere, visando destacar a história política, social e pedagógica do Projeto Escola de Tempo Integral em uma escola de periferia que atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Regular, oriundos de famílias com baixa renda, na cidade de João Monlevade, Minas Gerais.

A escola, nomeada Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, foi criada sob o Decreto de nº 24.547 de 22 de março de 1985, conforme Processo nº 12.748, aprovado em 04 de março de 1985, Parecer 126/86 e publicação do “MG” de 19 de março de 1985. Com Sede à Rua Luiz Gonzaga s/nº, Bairro Santo Hipólito, a instituição possui um segundo endereço que funciona como Unidade anexa, situado à Rua Bahia, s/nº, Bairro Tanquinho I, distante da Sede cerca de 3 km.

A Sede tem atividades nos turnos matutino (3º, 4º e 5º anos), e vespertino (1º e 2º anos); já a Unidade anexa, funciona apenas no turno matutino com uma turma do 1º ano, uma turma do 2º/3º ano e uma turma do 4º/5º ano, sendo essas turmas mistas.

O trabalho objetiva ainda apresentar, por meio de dados coletados entre os anos de 2006 e 2013, o desempenho dos alunos nos exames dos programas PROALFA³ e PROEB⁴ realizados no período, reforçando a importância do trabalho

³ O Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA, cuja primeira avaliação ocorreu em 2005, verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Os resultados dessa avaliação são usados para embasar as intervenções necessárias no processo de alfabetização/letramentos dos alunos.

⁴ O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB – é uma avaliação externa e censitária que busca diagnosticar a educação pública no estado de Minas Gerais ao avaliar os alunos que se encontram no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. (Esta fonte não consta nas referências.

ocorrido no Projeto Escola de Tempo Integral na constante melhoria dos índices alcançados pelos alunos da Instituição. Justifica-se, por fim, a solicitação do Projeto Escola de Tempo Integral para as unidades da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, visto que desde o encerramento do mesmo, no ano de 2013, os alunos têm apresentado uma queda significativa em seu rendimento nas avaliações.

2. O PROJETO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (PROETI)

A ideia de Educação Integral em Tempo Integral é uma proposta que data de meados da década de 90. Idealizada por Anísio Teixeira entre os anos de 1940 e 1950 e por Darcy Ribeiro em 1980 (MINAS GERAIS, 2013a), a Educação Integral está contemplada na legislação brasileira na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em seu artigo 34º, prevê a perspectiva de Educação em Tempo Integral:

Art. 34º - A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...] §2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

O PROETI surgiu em 2007 por meio da reformulação do Projeto de Aluno em Tempo Integral (PATI). Entretanto, a orientação para sua implantação ocorreu somente em 2009 por intermédio de uma cartilha disponibilizada pela Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Em suma, o ideal do Projeto é, segundo LOPES (2013, p. 31), “redimensionar e enriquecer a estrutura organizacional da escola em que o sistema foi implantado, de modo a ampliar e criar novos espaços para o contra turno, além de desenvolver matrizes curriculares ampliadas”.

A afirmação da autora corrobora o que é apresentado pela resolução do Conselho Nacional de Educação, em seu artigo 37, quando informa que:

A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis (BRASIL, 2010, p. 10).

Entretanto, para que os objetivos preconizados possam ser atendidos plenamente, exige-se uma estrutura e disponibilidade por parte da instituição, bem como suporte da SEE/MG para que haja infraestrutura física e financeira quando do recebimento deste educando em outro turno que não o seu regular.

Nas escolas em que o Projeto está presente, as atividades preparatórias já se iniciam no começo do ano letivo. Ao iniciar o ano, Professores, Especialista da Educação Básica (EEB) e Diretor fazem uma avaliação diagnóstica que permita mapear as competências e habilidades na aprendizagem dos alunos do ano anterior, a qual serve como subsídio para identificar as habilidades que foram consolidadas, que estão em construção ou que necessitam de intervenção pedagógica por não terem sido alcançados os objetivos previstos. São atividades diagnósticas de matemática, leitura e escrita previstas nas matrizes curriculares.

Com base no diagnóstico dos alunos, há um direcionamento para o Projeto daqueles alunos que, *a priori*, apresentaram baixo nível de rendimento, conforme sua faixa etária. A fim de que haja efetividade na proposta, “a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais determina que as turmas atendam no máximo 25 e no mínimo 18 alunos” (LOPES, 2013, p. 26). Desta forma, o atendimento tende a ser mais individualizado e, portanto, mais assertivo.

É de responsabilidade das escolas a solicitação à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de turmas para o PROETI, informando-a quanto ao espaço a ser utilizado, ao número de alunos, as turmas e o turno. Após aprovação, a escola lança os dados no Sistema Mineiro de Educação Escolar (SIMADE⁵), no qual a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais autoriza as turmas e a matrícula dos alunos. Após essa autorização, para cada turma, é contratado um Professor Regente de Turmas e um Professor de Educação Física.

De forma geral, as escolas que atendem ao Projeto baseiam seu trabalho em dois tipos atividades. A primeira, o estudo monitorado, “trata de um processo de

⁵ O SIMADE é um banco de dados com todas as informações sobre o sistema educacional mineiro, que facilita a elaboração de projetos e políticas públicas para elevar a qualidade da educação em Minas Gerais. Para a implantação do SIMADE, foi desenvolvido um portal na Internet, que centraliza as informações necessárias para a gestão das escolas. Um link de acesso também foi disponibilizado no site da Secretaria Estadual de Educação (SEE). Assim, os processos de gestão foram otimizados, garantindo a fidedignidade e a qualidade das informações coletadas pelo sistema de gestão escolar. Informação disponível em <<http://www.gestao.caeduff.net/sistemas-de-gestao/simade/>> acesso 02/02/2015.

orientação e acompanhamento do aprendizado do educando no contra turno” (LOPES, 2013, p.41). Em síntese, o educador auxilia na execução de trabalhos e exercícios advindos do turno regular. Além do estudo monitorado, as escolas ainda realizam oficinas curriculares que contemplam os distintos campos de conhecimentos, trabalhando as múltiplas habilidades e competências dos alunos.

As escolas que desenvolvem o PROETI realizam oficinas ligadas à Grade Curricular, sendo elas:

Atividades de Linguagem e Matemática; Atividades Culturais, Esportivas e Motoras e Atividades de Formação Pessoal e Social.

Estas oficinas são divididas em módulos de cinquenta minutos, de maneira que o Professor Regente tenha 24 módulos e o Professor de Educação Física 06 módulos, ressaltando que é obrigatório o oferecimento de cinco aulas semanais de Português, cinco aulas de Matemática, três aulas de Educação Física, três aulas de Atividades Culturais, quatro aulas de Para Casa (Estudos Monitorados) e dez aulas de Formação Pessoal e Social, totalizando vinte e cinco horas semanais, conforme Plano Curricular e quadro de horários propostos pela SEE/MG (ALMEIDA; FIGUEIREDO, 2011, p. 134).

A ideia é o desenvolvimento do currículo básico do Ensino Fundamental articulado a metodologias que ofereçam novas oportunidades de experiências e, conseqüentemente, novas aprendizagens.

A atividade de formação pessoal e social é trabalhada no horário do almoço, intervalo entre um turno e outro. Os alunos ficam sob a responsabilidade dos Professores Regentes que orientam quanto às regras de socialização, higiene, de manutenção da saúde, cooperação entre servidores e alunos, etc.

Para conduzir e parametrizar ainda mais o processo, a SEE/MG elaborou, a partir de encontros promovidos pelas SRE's, o Caderno de Boas Práticas dos Professores das Escolas de Tempo Integral. Em síntese, o caderno de boas práticas visa nortear o desempenho do professor para melhor organizar os tempos, espaços e materiais disponíveis na escola, tornando toda a escola em um ambiente alfabetizador e incentivador da aprendizagem da leitura e da escrita, além de oferecer o contato com a diversidade textual em seus diferentes suportes, visando à eficácia nos resultados educacionais (TESTA; KOBAYASH, 2007).

É por meio destes artifícios, propostas, ideais e ferramentas que se almeja o alcance dos objetivos idealizados pelo Projeto Escola de Tempo Integral da Escola Estadual Antonio Loureiro Sobrinho.

3. O PROJETO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL IMPLEMENTADO NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO

Iniciado no ano de 2008, o Projeto Educação em Tempo Integral na Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho visava melhorar o atendimento das necessidades educacionais das comunidades cujas crianças frequentavam a Instituição.

Em agosto de 2008, com base no estudo da infrequência de muitos alunos; das dificuldades na aprendizagem das atividades escolares e com os deveres de casa; da falta de lazer nos bairros assistidos; bem como a baixa autoestima de alunos, funcionários e comunidade, propôs-se o Projeto Aprender com Prazer, a ser contemplado pelo PROETI.

Entretanto, o primeiro impasse encontrado para a implantação do PROETI na Escola estava na Resolução Nº. 1026 de 2007 que entraria em vigor no ano de 2008. Entre outras normas estabelecidas, exigia que a escola oferecesse salas de aula ociosas e espaço físico para oficinas de jogos, dança e quadra de esporte, com atividades que contemplassem um número mínimo de 20 alunos, sem possibilidade de contratação de novos funcionários.

A realidade era diferente: a Escola contava apenas com duas Auxiliares de Serviços de Educação Básica (ASB⁶) para cada turno na Sede, e não possuía quadra, apenas um espaço para atividade recreativa. Com base nesses quesitos, a SEE/MG considerou que não era possível implantar o PROETI na Escola.

Cavaliere (2002, p. 250) sabiamente postula que “a ampliação das funções da escola, de forma a melhor cumprir um papel sócio-integrador, vem ocorrendo por urgente imposição da realidade, e não por uma escolha político-educacional deliberada”. A E. E. Antônio Loureiro Sobrinho tinha sua demanda por parte da sociedade, mas esse fato não parecia visível aos olhos da SEE/MG.

Diante da realidade, Diretor, funcionários e pais de alunos não satisfeitos com a postura da SEE/MG procuraram o Prefeito da cidade de João Monlevade para apresentar o Projeto Aprender com Prazer, cuja proposta esboçava características em comum com o PROETI. O Prefeito, por entender a necessidade da Escola em

⁶ ASB – Auxiliares de Serviço de Educação Básica – cargo de carreira dos profissionais que atuam na prestação de serviços nos mais distintos âmbitos da Escola e que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo instituída pela Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004. (MINAS GERAIS, 2015)

suas peculiaridades, acatou a proposta, ofertando um Professor de Educação Física, uma Professora Regente, uma ASB e um Professor de Informática (estagiário), além da alimentação: lanche e almoço para 20 alunos nos cinco dias letivos/semana.

Dessa forma, a Escola pôde se estruturar. Foram organizadas duas turmas para serem assistidas pelo Projeto Aprender com Prazer no contra turno. A primeira turma possuía 20 alunos e realizava as atividades às segundas e quartas-feiras. A segunda também contava com 20 alunos, mas suas atividades aconteciam às terças e quintas-feiras. Na sexta-feira os professores se reuniam junto à Especialista de Educação Básica (EEB) e Diretor para o planejamento da semana posterior e avaliação do Projeto.

Assim, o Projeto Aprender com Prazer se iniciou efetivamente em agosto de 2008, contemplando os alunos do turno matutino da Sede: 3º, 4º e 5º anos. A proposta era atender aqueles que estavam com dificuldade na aprendizagem, levando em primeira mão a vontade do aluno em participar e a autorização dos pais.

Em 2010, após acompanhamento, verificação e avaliação do Projeto Aprender com Prazer, feita pelo Inspetor Escolar de Educação Básica (IEE) e Analista Educacional da Educação (AEE) da SRE de Nova Era, a SEE/MG considerou a viabilidade e a possibilidade de implantar, mesmo que com pouco espaço físico, o PROETI na Escola com um número reduzido de alunos conforme ocorria com o Projeto realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade (PMJM).

Com a instituição do PROETI foi possível realizar, de acordo com o quadro de pessoal, a contratação de Professores Regentes e de um Professor de Educação Física. Foi permitida, ainda, a contratação de mais uma ASB além do comporta⁷. As designações autorizadas contribuíram para dar seguimento às atividades do Projeto Aprender com Prazer. Além disso, a Escola obteve recursos da SEE/MG para alimentação, manutenção e custeio para aquisição de produtos de higiene e limpeza. Esta mudança foi de considerável importância para a Escola, pois, a partir de então, não havia mais a necessidade de se promover parcerias e eventos para angariar fundos e doativos com tal finalidade. No ano 2010, também foi aprovada

⁷ Além do comporta: A Resolução de Quadro Pessoal vigente estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais. Em situações extraordinárias, a escola, juntamente com o Colegiado Escolar, solicita à SRE mais servidor em determinada função além do permitido pela Resolução. A SRE encaminha a solicitação para SEE/MG, no qual a solicitação poderá ser deferida ou não, conforme as especificidades e justificativas apresentadas pela escola, autorizando a designação do servidor na função necessária.

pela SRE e SEE/MG, a criação de mais duas turmas na Unidade anexa, contemplando 30 alunos, sendo 15 para cada turma.

Assim, com base na legislação vigente no período, o escopo do Projeto Aprender com Prazer foi moldado de acordo com os parâmetros do PROETI: estrutura curricular, carga horária com 50 minutos o módulo e acompanhamento sistemático da SRE.

Logo, a Escola passou a funcionar com dois projetos: o PROETI, por parte da SEE/MG e o Projeto “Aprender com Prazer”, fruto da parceria com a PMJM. Essa realidade tornou possível a diversificação das oficinas, bem como a manutenção da qualidade dos alimentos e da limpeza dos prédios. Além disso, os 40 alunos dos 3º, 4º e 5º anos da Sede que, até então, frequentavam apenas dois dias o contra turno, puderam ser contemplados em todos os dias letivos, com atividades de recuperação, com o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP), aulas de informática, dança, teatro, música, atividades de recreação e estudos monitorados.

Entretanto, no final do ano de 2010, o Projeto Aprender com Prazer encerrou suas atividades devido ao término da parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade. A Educação em Tempo Integral continuou na Escola apenas com o PROETI, comprometendo a qualidade do trabalho que vinha sendo realizado.

Torna-se fundamental frisar que desde a inserção do Projeto Aprender com Prazer na Escola, os resultados do PROEB e do PROALFA, foram além do desejado, demonstrando uma clara evolução no nível de aprendizagem dos alunos, conforme pode ser observado na figura 1:

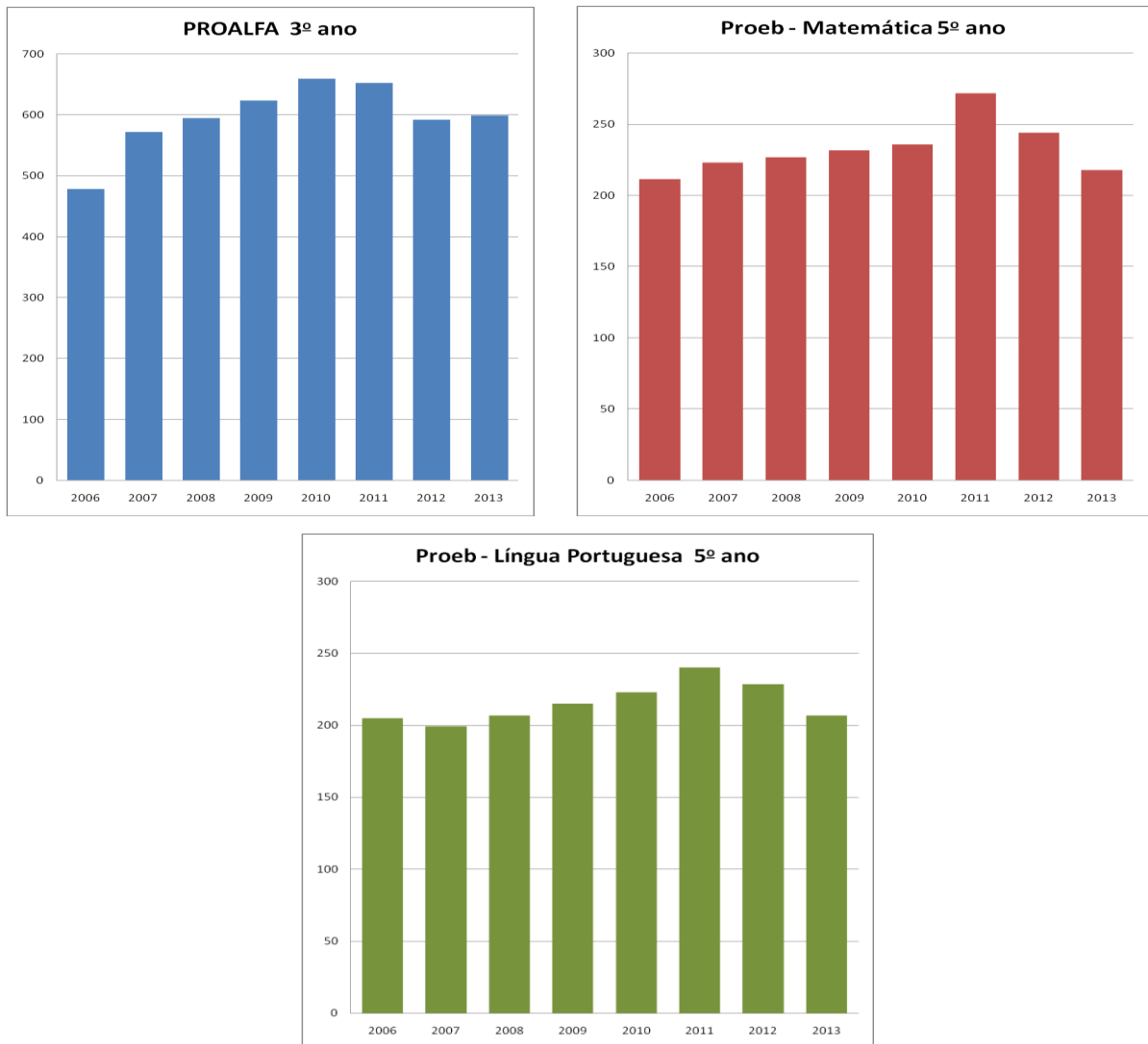


Figura 1. Gráficos de Desempenho dos alunos da Escola Estadual Antônio Loureiro. FONTE: SIMADE

Conforme demonstram os gráficos da figura 1, após o início do projeto Aprender com Prazer, no ano de 2008, houve uma evolução progressiva nos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas realizadas. Entretanto, pela mesma análise ainda é possível verificar que o avanço significativo que houve na aprendizagem dos alunos apresentou, nos anos subsequentes, um evidente retrocesso com o encerramento das atividades do Projeto que ocorria em conjunto PMJM.

4. RESOLUÇÃO DE QUADRO PESSOAL DA SEE/MG: UMA QUESTÃO ADMINISTRATIVA OU PEDAGÓGICA?

Desde 2008 aos dias atuais, a matrícula do aluno no Projeto Educação Em Tempo Integral não é contada em duplicidade, sendo apenas inserida no SIMADE caso a Escola tenha solicitado turmas para o PROETI. Por este motivo, as turmas do Projeto não entram/entram na contagem que estabelece a proporcionalidade para a composição do quadro de funcionários.

De acordo com a Resolução Nº. 1026/2007 de Quadro Pessoal da Secretaria Estadual de Educação (SEE) vigente, a situação foi a mesma, apenas sendo autorizado um Professor Regente de Turmas e um Professor de Educação Física para uma turma com, no mínimo 20 e no máximo 30 alunos, não sendo possível designar um ASB.

Terminada a parceria com a PMJM e, como consequência, o Projeto Aprender com Prazer, a Escola passou a contar com duas turmas contempladas pelo PROETI na Sede e outras duas turmas na Unidade anexa. Para atender o PROETI, haviam 02 (dois) Professores Regentes para cada Escola e 01 (um) Professor de Educação Física que atendia ambas as Escolas. Com essa restrição no quadro de pessoal, as oficinas que eram bem diversificadas ganharam outro aspecto: os Professores Regentes, designados e sem experiência no trabalho com projetos tinham que viabilizar o tempo para atender, não muito satisfatoriamente às oficinas criadas.

Além disso, ainda com base no quadro de pessoal, a escola tinha 08 (oito) turmas do Ensino Regular, permitindo apenas uma ASB para cada turno, número insuficiente para manter a limpeza dos espaços utilizados pelos alunos que permaneciam na escola, assim como o preparo do almoço e lanche dos mesmos. Para contratação de outro ASB, a Escola precisava de autorização da SRE e da SEE/MG.

Como essas designações não foram possíveis, o projeto acabou ganhando uma característica de extensão de carga horária e não de Educação em Tempo Integral.

Em 2013, também por falta de recursos humanos, o PROETI iniciou suas atividades somente no mês de agosto, após a autorização de designação de apenas uma ASB para a Unidade anexa. Na Sede, o horário das ASB e Assistente Técnico

de Educação Básica (ATB) foi modificado para que a merenda dos alunos do Ensino Regular (matutino e vespertino), almoço e lanche dos alunos do PROETI, bem como a limpeza de toda a escola não ficassem prejudicados.

A ATB passou a ser responsável por abrir a escola às 06h45min, para que a ASB trabalhasse no horário de 08h00min às 14h00min. Para que a Escola se mantivesse organizada e limpa para o turno seguinte, foi fundamental o auxílio de todos os Professores Regentes e dos alunos. A EEB revezava suas 24 horas semanais, alternando-as com os Professores do Ensino Regular e PROETI nos dois turnos e nas duas escolas. Apesar dos esforços de todos, não houve aprendizado a contento como nos anos anteriores.

Cavaliere (2009) descreve em seu trabalho a importância de uma efetiva Educação Integral, em Tempo Integral, dotada de recursos e ferramentas em detrimento de um projeto desestruturado sem quaisquer subsídios para ser executado:

A escola fundamental brasileira, especialmente aquela voltada para as classes populares, sempre foi uma escola minimalista, isto é, de poucas horas diárias, pouco espaço e poucos profissionais. O incremento desses três aspectos pode significar o fortalecimento de suas capacidades como agência de socialização e de difusão cultural, entretanto, nenhum deles tem valor em si mesmo e só adquirem sentido educativo quando articulados em um projeto que formule os papéis que a escola brasileira pode hoje cumprir, compreendendo seus limites e contradições e as possíveis e necessárias articulações com outras instituições e processos sociais (CAVALIERE, 2009, p. 51).

Como consequência da falta de estrutura, a infreqüência dos alunos matriculados no PROETI aumentou consideravelmente; além disso, os resultados nas avaliações do PROALFA, PROEB ficaram aquém do almejado, apresentando, inclusive, uma queda em comparação aos anos anteriores.

Em 2014, devido aos transtornos causados pela falta de recursos humanos, a Escola não conseguiu colocar o PROETI novamente em prática. Para auxiliar nas dificuldades de aprendizagem dos alunos, a Instituição contou apenas com os Professores Regentes, com recuperação paralela, Professores: Eventual (turno matutino nas duas escolas) e Professor para o ensino do Uso da Biblioteca⁸ (turno vespertino na Sede), trabalhando com o PIP, e a Especialista de Educação Básica (EEB).

⁸ Professor para o Ensino do Uso da Biblioteca (PUB) – Profissional que tem, entre outras atribuições, a responsabilidade de organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retroprojetor, do projetor de slides e de outros materiais e [...] desenvolver m trabalho articulado.

Neste momento, o fator administrativo sobrepuja e influenciava diretamente a qualidade do aspecto pedagógico. Dessa forma, ficou nítida a diferença em termos de aprendizagem de quando o Projeto Aprender com Prazer e PROETI tinham como parceiros a Prefeitura de João Monlevade e a situação que a Escola vivenciou ao longo dos anos de 2013 e 2014.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo educacional passa por momentos de construção e desconstrução. Ciente disto, é fundamental que se tire lições de tudo. Para o que deu certo, cabe a replicação e continuidade. Para o que não deu, cabem melhorias e reflexão.

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho passou por essas mudanças a nível pedagógico e administrativo a partir de 2008, quando, por meio do Projeto Aprender com Prazer e do PROETI, conseguiu melhorar o nível de aprendizagem dos educandos a índices que se destacaram no PROALFA e PROEB dos anos subsequentes. A Escola saiu de um patamar e apresentou melhorias significativas que culminaram em resultados extremamente positivos até 2011.

Pedagogicamente e com base no estudo e na reflexão sobre o desempenho dos alunos nestas avaliações, evidencia-se a crucial relevância dos projetos para toda a comunidade escolar. Salienta-se, ainda, a importância que o Projeto desenvolvido por meio de oficinas durante os anos de 2009 a 2010 teve nesse resultado.

Entre os prós, deixa-se também o legado da postura comportamental dos alunos, pais e funcionários que se transformou, modificando-se para melhor. Na Escola, ambos são mais parceiros em todos os quesitos que circundam o contexto educacional.

Mesmo após o encerramento da parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade e o conseqüente término do Projeto Aprender com Prazer, a Escola continuou apresentando resultados satisfatórios. Entretanto, a continuação das atividades em tempo integral com o PROETI começou a acontecer por meio do ensino de disciplinas, o que não atendia a demanda da escola. Nesse cenário é que a adesão da comunidade e os resultados, outrora positivos, começaram a decrescer

ao ponto de em 2013 o Projeto funcionar apenas por 6 meses e não poder continuar em 2014.

Faltava estrutura em termos de recursos humanos. A Escola não detinha os profissionais necessários para que o PROETI continuasse desempenhando o trabalho que, até então, vinha realizando na Instituição. Neste momento, o fator administrativo sobrepunha e influenciava diretamente a qualidade do aspecto pedagógico.

A partir de então, a Resolução nº. 1026/2007 da SEE/MG tornou-se um empecilho, devido ao fato de a Escola não poder contra argumentar, justificar e solicitar dentro de sua especificidade o número de funcionários necessários para seu bom desempenho, para um ensino que, se não excelente, seja ao menos com qualidade e respeito aos alunos.

Ao final, após o estudo e a reflexão sobre o desempenho dos alunos apresentados no PROALFA e PROEB, salienta-se a extrema importância do PROETI e do Projeto Aprender com Prazer para toda comunidade escolar. Justifica-se, portanto, a necessidade de que o Projeto Educação em Tempo Integral possa voltar a fazer parte do cotidiano da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, para que os índices apresentados em 2009, 2010 e 2011 tornem-se novamente realidade para a escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. C.; FIGUEIREDO, S. B. **O projeto escola de tempo integral: currículo e práticas. Análise de seus desafios e possibilidades.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2015.

CAVALIERE, A. M. V. Educação Integral: Uma Nova Identidade para a escola brasileira? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, 2002.

_____. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral, p. 51. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, 2009.

FERNANDES, F. O.; FERREIRA, J. H. Educação em Tempo Integral: novos desafios para a educação no Brasil. **Rev. Funedi**. 2012.

GUARÁ, I. M. F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

LOPES, F. A. O. **Funcionamento do projeto escola de tempo integral – PROETI**: uso otimizado do tempo e espaço em duas escolas da Superintendência Regional de Ensino de Patrocínio – MG. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.

MINAS GERAIS. **Lei Nº 15.293**, de 5 de agosto de 2004. Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasília, 2004.

_____. **Resolução SEE Nº 1026/2007**- Estabelece normas para organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e designação para o exercício de função pública na rede pública estadual. 2007. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/%7B2783B087-D617-4067-B528-0BBEB71579B9%7D_1026__com_correcao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB**. 2008. Disponível em <<https://www.educacao.mg.gov.br/ajuda/page/297-proeb>>. Acesso em 15 fev. 2015

_____. **Cartilha do Projeto Escola de Tempo Integral**. SEE/MG. 2009. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/420-escola-detempo-integral>> Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral – SEE/MG**. Diretrizes para implantação do Projeto de Tempo Integral. 2013a. Disponível em: <[http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20projeto%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Tempo%20Integral\(1\).pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20projeto%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Tempo%20Integral(1).pdf)>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. **Resolução SEE nº 2.442/2013**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. 2013b. Disponível em: <<http://sindutemg.org.br/novosite/files/RESOLUCAO-SEE-N-2442.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Acordo de Resultados. Plano de Metas 2013-2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-anteriores/resultadosescala/>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

PAIVA, F. R. S. **Educação em Tempo Integral**: cursos e percursos dos projetos e ações do Governo de Minas Gerais na rede pública do Ensino Fundamental no período de 2005 a 2012. Dissertação (Especialista em *Magister Scientiae*) -

Universidade Federal de Viçosa – Programa de pós-graduação em Educação. Viçosa, MG. 2013.

TESTA, A. G. B.; KOBAYASH, M. C. M. **100 anos de imigração japonesa no Brasil. Quem são esses brasileiros?** Projetos e práticas de formação de professores. IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores. 2007.

ANEXO A – CRITÉRIO PARA PADRÃO DE DESEMPENHO NAS AVALIAÇÕES PROALFA E PROEB.

PADRÃO DE DESEMPENHO NAS AVALIAÇÕES PROALFA

- **BAIXO DESEMPENHO – ATÉ 450:** O ALUNO DEMONSTRA CARÊNCIA DE APRENDIZAGEM DO QUE É PREVISTO PARA A SUA ETAPA DE ESCOLARIDADE. ELE FICA ABAIXO DO ESPERADO, NA MAIORIA DAS VEZES, TANTO NO QUE DIZ RESPEITO À COMPREENSÃO DO QUE É ABORDADO, QUANTO NA EXECUÇÃO DE TAREFAS E AVALIAÇÕES.
- **INTERMEDIÁRIO - DE 450 A 500:** O ALUNO SE ENCONTRA NESSTE PADRÃO DE DESEMPENHO DEMONSTRA TER APRENDIDO O MÍNIMO DO QUE É PROPOSTO PARA O SEU ANO ESCOLAR. NESTE NÍVEL, ELE JÁ INICIOU UM PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO E DOMÍNIO DAS HABILIDADES CONSIDERADAS BÁSICAS E ESSENCIAIS AO PERÍODO DE ESCOLARIZAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA.
- **RECOMENDÁVEL - ACIMA DE 500:** O ALUNO DEMONSTRA TER ADQUIRIDO UM CONHECIMENTO APROPRIADO E SUSTANCIAL AO QUE É PREVISTO PARA A SUA ETAPA DE ESCOLARIDADE. NESTE NÍVEL, ELE DOMINA UM MAIOR LEQUE DE HABILIDADES, TANTO NO QUE DIZ RESPEITO À QUANTIDADE, QUANTO À COMPLEXIDADE, AS QUAIS EXIGEM UM REFINAMENTO DOS PROCESSOS COGNITIVOS NELAS ENVOLVIDOS.

TABELA DE DESEMPENHO – PROEB / PORTUGUÊS E MATEMÁTICA

- **BAIXO : ATÉ 175 PONTOS -**
- **INTERMEDIÁRIO: 175 A 225 PONTOS**
- **RECOMENDADO: ACIMA DE 225 PONTOS**

ANEXO B - ACORDO DE RESULTADOS – PLANO DE METAS ESTABELECIDAS PARA E. E. ANTONIO LOUREIRO SOBRINHO, DE 2006 A 2014.

ACORDO de RESULTADOS

Um estado melhor para viver começa com um jeito melhor de trabalhar.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS PLANO DE METAS 2013-2014

SRE: SRE NOVA ERA
MUNICÍPIO: JOÃO MONLEVADE
ESCOLA: EE ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO

| Ano | Percentual de Alunos no nível recomendável (%) | | | | | | |
|------|--|-------------------------|------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| | Proalfa | 5º EF Língua Portuguesa | 5º EF Matemática | 9º EF Língua Portuguesa | 9º EF Matemática | 3º EM Língua Portuguesa | 3º EM Matemática |
| 2006 | 53,8% | 32,4% | 40,5% | - | - | - | - |
| 2007 | 76,0% | 33,3% | 52,0% | - | - | - | - |
| 2008 | 48,1% | 17,2% | 65,5% | - | - | - | - |
| 2009 | 77,8% | 70,8% | 91,7% | - | - | - | - |
| 2010 | 95,8% | 55,2% | 86,2% | - | - | - | - |
| 2011 | 100,0% | 69,2% | 88,0% | - | - | - | - |
| 2012 | 89,3% | 50,0% | 75,0% | - | - | - | - |
| 2013 | 92,9% | 61,0% | 78,0% | - | - | - | - |
| 2014 | 93,9% | 67,6% | 81,1% | - | - | - | - |

| Distorção Idade-Série | | |
|-----------------------|--------------------|--------------|
| Ano | Ensino Fundamental | Ensino Médio |
| 2012 | 4,1% | - |
| 2013 | 3,3% | - |
| 2014 | 2,8% | - |

Código da Escola:

31103381

| Ano | Proficiência Média | | | | | | |
|------|--------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| | Proalfa | 5º EF Língua Portuguesa | 5º EF Matemática | 9º EF Língua Portuguesa | 9º EF Matemática | 3º EM Língua Portuguesa | 3º EM Matemática |
| 2006 | 502,6 | 205,1 | 211,5 | - | - | - | - |
| 2007 | 571,8 | 199,3 | 223,1 | - | - | - | - |
| 2008 | 504,2 | 200,5 | 240,6 | - | - | - | - |
| 2009 | 557,0 | 239,3 | 271,7 | - | - | - | - |
| 2010 | 569,2 | 227,9 | 256,3 | - | - | - | - |
| 2011 | 652,9 | 240,4 | 271,9 | - | - | - | - |
| 2012 | 592,6 | 228,8 | 244,1 | - | - | - | - |
| 2013 | 599,8 | 245,9 | 249,2 | - | - | - | - |
| 2014 | 611,5 | 259,5 | 252,9 | - | - | - | - |

Assinatura do (a) Diretor (a)

04/02/2015



ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO



GOVERNO DE MINAS EDUCAÇÃO

Atenção: Nos casos em que a Unidade de Ensino não oferece a etapa avaliada, o indicador e suas possíveis metas serão desconsiderados no momento da apuração.

**ANEXO C - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO**



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
ESTADUAL ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO**

**NEUZA ALVES DUARTE SOUZA
SILVÂNIA MARIA DA SILVA BRITO
VANILDA ANANIAS DA SILVA**

**BELO HORIZONTE, 2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
ANTÔNIO LOUREIRO SOBRINHO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Maria Cristina Marinho Serra Negra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| 1. FINALIDADES DA ESCOLA | 5 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 7 |
| 2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA | 7 |
| 2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA | 11 |
| 3. CURRÍCULO | 12 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES | 19 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO | 21 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO | 23 |
| 7. AVALIAÇÃO | 25 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| REFERÊNCIAS | 31 |

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa “o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa.” (OLIVEIRA, 2005).

Veiga (1998) afirma que existem vários caminhos para construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Segundo Oliveira

[...] é necessário que a construção do PPP tenha bases democráticas e participativas, efetivando a educação como um bem público e de direito de todos, por isso essa construção deve considerar as necessidades de quem dela se utiliza e sua implementação precisa acontecer com qualidade social. (OLIVEIRA, 2005, p.1)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) ressalta a importância desse instrumento pautado numa gestão democrática, tendo

[...] como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola (SOUZA, 2005, p. 125).

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, foi criada sob o Decreto de nº 24.547 de 22 de março de 1985, conforme Processo nº 12.748, aprovado em 04 de março de 1985, Parecer 126/86 e publicação do “MG” de 19 de março de 1985.

A escola com sede na cidade de João Monlevade - MG está situada à Rua Luiz Gonzaga s/nº, Bairro Santo Hipólito, numa zona urbana periférica, oferece o Ensino Fundamental e funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo 137 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar). Ela funciona em dois endereços, sede e anexo: sede - turno matutino 3º, 4º e 5º anos, e no vespertino 2º e 3º anos totalizando 103 alunos; no anexo funciona comum a turma do 1º ano, uma turma do 2º/3º ano e uma turma do 4º/5º ano. – ‘Turmas Cicladas’ que quer dizer turmas mistas, totalizando 34 alunos.

A E.E. Antônio Loureiro Sobrinho tem os prédios cedidos por tempo indeterminado pela Prefeitura Municipal de João Monlevade. Toda a documentação de servidores e alunos fica guardada na Sede.

A escola sede possui cinco professores regentes, um diretor, um Especialista, um Assistente técnico de Educação Básica (ATB) itinerante, uma professora eventual (turno matutino), um PUB (Professor para Uso de Biblioteca), dois auxiliares de educação básica (ASB), um em cada turno, os quais cuidam cada um em seu turno, tanto da limpeza do prédio como da confecção da merenda dos alunos.

Manter a escola bem equipada e organizada não é o suficiente para promover uma educação de qualidade, é necessário que ela elabore um documento que mostre a escola, "o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações" (OLIVEIRA, 2005). Por isso é importante que este documento seja feito com a participação da comunidade escolar e atualizado. Por isso, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho teve a participação de todos os funcionários, pais e alunos da comunidade escolar. Foram realizados vários encontros para analisar, discutir e propor ações com objetivo claro que é melhorar a qualidade da educação na escola. A Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era deu suporte e acompanhou a elaboração do projeto.

1 - FINALIDADE DA ESCOLA

A finalidade da educação é representada por vários documentos como Constituição Federal (CF), LDB, Plano Nacional da Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais. A Resolução nº7, de 14 de dezembro de 2010 fixa as diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e afirma no Artigo 5º:

O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. (RESOLUÇÃO 7/2010, art. 5º)

Atendendo aos fins da Educação Nacional, aos objetivos gerais do Ensino e os objetivos da Secretaria Estadual da Educação (SEE/MG), esta escola propõe os princípios básicos da educação de acordo com a organização da Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais que estabelece:

A Educação Básica tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sendo ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. direito ao acesso e à permanência do educando na escola;
- II. liberdade de aprendizagem do aluno;
- III. pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- IV. valorização do profissional da educação;
- V. gestão democrática do ensino público;
- VI. garantia do padrão de qualidade;
- VII. valorização da experiência extra-escolar
- VIII. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (MINAS GERAIS. PROGESTÃO, 2013)

Esta instituição expressa seus anseios em desenvolver suas ações que contemplem a vivência do aluno, favorecendo a reconstrução do conhecimento de forma contextualizada, tornando, alunos e professores, pesquisadores de informações e dados, que lhes permitirão a compreensão para se construir um mundo melhor e será sustentada pelos quatro pilares da Educação, elaborados pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, a saber: Aprender a Conhecer, Aprender a fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser, de acordo com Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors:

Aprender a conhecer enfatiza a importância do domínio dos próprios instrumentos de conhecimento para compreender o mundo. [...] Fundamenta-se no prazer de compreender, de conhecer e de descobrir.

Aprender a fazer [...] enfatiza-se a mobilização e desenvolvimento de capacidades como a de adaptar-se a um novo contexto de trabalho mais participativo, de natureza mais intelectual e que exige uma sólida base tecnológica.

Aprender a conviver é considerado um dos maiores desafios dos educadores. [...] Recomenda-se uma educação mais aberta ao diálogo e ao desenvolvimento do espírito crítico, ao processo de formação de um homem disposto a viver e trabalhar numa sociedade solidária.

Aprender a Ser recomenda que a educação deva contribuir para o desenvolvimento total da pessoa-corporeidade, inteligência, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade, no sentido de que o aluno construa pensamentos autônomos e críticos. (SME DE PATOS DE MINAS, 2005-2008, p.10-11)

A equipe desta instituição tem como missão desenvolver uma Educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades e habilidades que permitam intervir na realidade para transformá-la, tendo como filosofia a formação de um cidadão participativo, solidário, com princípios éticos, sociais e culturais.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola se identifica com dois tipos de estruturas: administrativas e pedagógicas.

Em seu texto, Oliveira, Morais e Dourado (2014) debatem os diversos conceitos de administração começando pelo dicionário Aurélio administração “é um conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência, para se obter determinado resultado”. Já CHIAVENATO (2000, p.6) define que a "administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos".

E o pedagógico acontece “nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade” (DOURADO, 1998, p. 90).

2.1- Estrutura Organizacional Administrativa

A direção da escola foi eleita através de uma eleição, com aprovação dos profissionais da escola e comunidade, para um mandato de três anos. A escola não possui um vice diretor devido ao número de turmas, pois de acordo com as normas da Resolução SEE nº2442, de 7 de novembro de 2013 é necessário ter no mínimo 10 turmas.

A escola possui um ATB financeiro itinerante, que trabalha dois dias da semana numa escola e três dias na outra. Atualmente a Resolução não autoriza a designação de um Auxiliar de Secretaria (ATB) para as escolas com número de alunos inferior a 200. A secretária exerce um cargo de comissão, é responsável por desenvolver todo o serviço da secretaria, ou seja, é responsável pelo registro dos documentos referentes à vida escolar dos alunos e dos professores.

Na cantina trabalham duas auxiliares de cozinha que preparam a merenda dos alunos (lanches e almoço) e mantém a limpeza da escola. Elas recebem orientações pela direção da equipe através de leitura sobre higiene pessoal, do local

de trabalho e também sobre a manipulação de alimentos. O serviço é feito com capricho e zelo, além disso, elas ajudam no recreio, orientam os alunos a merendarem adequadamente, a levarem o vasilhame para a cozinha e colocá-los separadamente.

O cardápio escolar é elaborado a partir de 70 sugestões de cardápios enviados pela Secretaria Estadual de Educação, a partir destas sugestões é elaborado o cardápio da escola e encaminhado à Secretaria Regional de Nova Era para ser aprovado.

O Colegiado Escolar é composto pelos segmentos de pais, professores, alunos e outros profissionais, eleitos pelos seus pares. As reuniões realizadas têm a participação dos membros do Colegiado, Conselho Fiscal e Comissão de licitação para que mais pessoas possam se inteirar dos recursos recebidos. Aprovam projetos ou ações pedagógicas que exijam a presença dos membros do Colegiado as vezes em reunião de Módulo II.

A Resolução N.º 1812 da SEE, de 22 de março de 2011 estabelece critérios e condições para a indicação de candidatos ao cargo de Diretor. O cargo em comissão de Diretor de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, é exercido em regime de dedicação exclusiva por servidor ocupante de cargo efetivo.

O Diretor escolar ao assumir a sua função de Diretor assina um termo de compromisso disposto no artigo 28 do Decreto n.º 44559, de 29/06/2007 que deverá:

- I - representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;
- II – zelar, por meio das ações abaixo detalhadas, para que a escola estadual sob minha responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade, conforme plano de metas a ser pactuado no prazo de dois meses com a Secretaria de Estado de Educação-SEE/MG:
coordenar o Projeto Pedagógico, apoiar o desenvolvimento e divulgar a avaliação pedagógica, adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos nas avaliações externas, sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas, estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação, organizar o quadro de pessoal, acompanhar a frequência dos servidores e conduzir a avaliação de desempenho da equipe da escola, garantir a legalidade e regularidade da escola e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- III - zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;
- IV - indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;
- V - prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência do Colegiado Escolar;
- VI - assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar;

VII – fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, observando os prazos estabelecidos;

VIII - observar e cumprir a legislação vigente. (MINAS GERAIS, 2007)

O Especialista em Educação Básica (Supervisor Pedagógico) cumpre uma jornada semanal de 24 (vinte quatro) horas e é responsável juntamente com a direção da escola de "ser o eixo a nortear o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais." (MINAS GERAIS, 2010, p.13)

O prédio da escola precisa de melhorias para atender melhor os alunos, os professores e a comunidade local. A escola é toda murada, possui 02 salas de aula, 01 sala para laboratório de informática e 01 sala de recursos – 2º piso.

O engenheiro da Secretaria Estadual da Educação (SEE) fez a avaliação da necessidade de reforma do prédio escolar em julho de 2013 e priorizou os espaços: laboratório de informática e biblioteca, que serão realocados para o piso térreo, e será construída outra cozinha de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com banheiro para ASB, depósito para armazenamento dos produtos de limpeza, alimentação, adequação para os eletrodomésticos – freezer, geladeira, fogão e forno e um banheiro para atender a acessibilidade. Para este projeto o recurso ainda não foi liberado, alegaram que estão atendendo aos mais emergenciais.

No prédio do 2º endereço, o anexo, existem 02 salas de aula, sendo utilizado o espaço que era da biblioteca como sala de aula (funciona apenas no turno matutino com 01 Auxiliar de Serviço para fazer a limpeza e merenda).

O espaço físico da escola Sede é amplo, as três salas de aulas são padronizadas com 49m²; uma sala para a biblioteca com bom espaço para 03 conjuntos de mesas, com quatro cadeiras e cadeiras de polietileno para assistir filmes, tem um computador, uma televisão de 42", um aparelho de DVD, um projetor de imagem. A biblioteca é registrada, com um considerável acervo de livros literários infantis para alunos do 1º ao 5º ano.

A cozinha é ampla e equipada com: liquidificador e espremedor de laranja industrial; fogão quatro bocas industrial, forno elétrico, dois freezers, duas geladeiras e tem um balcão para servir a merenda, pia com bancada para armazenar vasilhames, com depósito amplo e armário embutido; a sala para os professores tem um sanitário, um bebedouro, com arquivos e armários para guardar materiais de uso coletivo (livros, jogos, brinquedos), computador; a sala para o especialista tem

arquivo, uma mesa e cadeira, 04 conjuntos de carteiras para atividades com alunos; a secretaria tem o espaço dividido com a direção e tem 49m², 05 mesas de secretarias, um armário, um arquivo, um armário de aço, dois computadores e uma impressora multifuncional; o pátio é coberto (telhado) e com palco para apresentações de alunos, o qual se expande até o refeitório (1º piso) com 03 mesas de ardósia e 02 bancos que são utilizados no recreio para alimentação e também realização de oficinas de pinturas, confecção de cartazes, dentre outras atividades realizadas com os alunos; a quadra é pequena e não é coberta, e há um amplo espaço que antecede o prédio.

O prédio anexo, o qual é chamado de 2º Endereço (nas documentações escolares e sistema SEE), é murado; com exceção das 02 salas de aula que têm 42m², todo espaço é restrito. A cozinha é bem pequena, cabe apenas o fogão, a pia com bancada (embaixo) para armazenar material de limpeza; no depósito da cozinha que também é utilizado para o lanche dos professores, há um freezer, uma geladeira e duas prateleiras cimentadas para armazenar os gêneros alimentícios; o refeitório é coberto e tem uma mesa cimentada com 02 bancos que não comporta todos os alunos, mas o recreio é organizado para que todos possam realizar as refeições de forma adequada.

O espaço para a recreação é em torno da escola com aproximadamente 3m de largura. Os sanitários são bons e de uso coletivo.

Os alunos, comunidade e funcionários da escola no 2º endereço, sempre que há eventos, reuniões para reestruturação do PPP, vão para a escola Sede.

A Secretaria Estadual de Educação recebe recurso financeiro através do Governo Federal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e repassa para a conta da Caixa Escolar, onde o diretor assina um Termo de Compromisso para administração do recurso. Outro recurso é Manutenção e Custeio, recurso do governo estadual para aquisição de material de consumo e/ou pagamento de serviços com o qual adquire-se: materiais de higiene/limpeza, gás de cozinha e manutenção de equipamentos de informática e estrutura física, pequenos reparos, normalmente depositado em 3 parcelas; e o Programa de Dinheiro Direto da Escola (PDDE) Capital/Custeio é recurso financeiro recebido uma vez no ano, em uma única parcela, através do Governo Federal.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho funciona em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo a 137 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano - do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar)

A equipe da instituição se organiza e planeja todas as ações pautadas no Projeto Político Pedagógico da escola, inovando e buscando novas maneiras de ensinar para garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

É um grande desafio porque existem turmas multiseriadas, o acompanhamento é feito a partir de diagnósticos e as atividades são contextualizadas.

A capacitação de todos os profissionais é oferecida pela própria Escola, durante o módulo coletivo, com estudo das matrizes curriculares para elaboração das atividades e adequação dos projetos desenvolvidos durante o ano escolar, pela SRE e SEE e em participação em congressos e palestras.

As orientações pedagógicas tem como suporte o Currículo Básico Comum, documento oficial do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria Estadual de Educação/SEE, determina as metas estabelecidas para a escola.

3. CURRÍCULO

Para Silva (1996, p. 23) currículo é

[...] um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais.

E para Sacristán (1999, p. 61) o currículo é a

[...] ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

O currículo não pode estar desvinculado da realidade local e cultural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), destaca em seu artigo 26º:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos;

§ 1º. Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º. O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [...]

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL, 1996)

Pacheco (1996) afirma: que "currículo é a construção permanente de práticas, com um significado marcadamente cultural e social, e um instrumento obrigatório para análise e melhoria das decisões educativas".

Os quadros curriculares são organizados com os conteúdos, composição, estrutura, dosagem, sequência e duração de pelo menos 800(oitocentas) horas anuais (anos iniciais) de atividades assim distribuídas:

I-Base Nacional Comum

II- Parte diversificada

O quadro Curricular da E.E. Antônio Loureiro Sobrinho é aprovado pelo Colegiado escolares pelo inspetor da SRE de Nova Era/MG.

| ÁREAS DE CONHECIMENTO | COMPONENTES CURRICULARES | CICLO DA ALFABETIZAÇÃO | | | | | | CICLO COMPLEMENTAR | | | | |
|-----------------------|--------------------------|------------------------|-----|--------|-----|--------|-----|--------------------|-----|--------|-----|--------|
| | | 1º ANO | | 2º ANO | | 3º ANO | | 4º ANO | | 5º ANO | | |
| | | A S | CHA | A S | CHA | A S | CHA | A S | CHA | AS | CHA | |
| BASE NACIONAL COMUM | Linguagens | Língua Portuguesa | 07 | 233:20 | 07 | 233:20 | 07 | 233:20 | 07 | 233:20 | 07 | 233:20 |
| | | Arte | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 |
| | | Educação Física | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 |
| | Matemática | Matemática | 06 | 200:00 | 06 | 200:00 | 06 | 200:00 | 06 | 200:00 | 06 | 200:00 |
| | Ciências da Natureza | Ciências da Natureza | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 |
| | Ciências Humanas | Geografia | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 |
| | | História | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 | 02 | 66:40 |
| | Ensino Religioso | Ensino Religioso | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 |
| DIVERSIFICADA | Linguagens | Literatura Infantil | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 | 01 | 33:20 |
| | TOTAL | | | | | | | | | | | |
| | | | 24 | 800:00 | 24 | 800:00 | 24 | 800:00 | 24 | 800:00 | 24 | 800:00 |

Legenda: AS: Aula Semanal

MA: Módulo Anual

CHA: Carga Horária Anual

DEMONSTRATIVO DE CARGA HORÁRIA

| Indicadores Fixos | Ciclo da Alfabetização/Ciclo Complementar |
|------------------------------|---|
| Nº de dias letivos anuais | 200 |
| Nº de semanas letivas anuais | 40 semanas |
| Carga Horária anual | 800 horas |
| Duração do módulo/aula | 0:50 |
| Carga horária diária | 4 horas (excluído o recreio) |
| Carga Horária Semanal | 20 horas |
| Nº de módulos/aulas semanais | 24 módulos |
| Duração do Recreio | 0:15 |

A Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais definiu um Currículo Básico de Ensino para todo o Estado em todas as disciplinas e estabeleceu as capacidades para cada ano de escolaridade de acordo com Resolução Nº 2.197 da SEE, de 26 de outubro de 2012 que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica.

No Art. 28 estabelece a duração do Ensino Fundamental em nove anos, e estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade. A Escola Antônio Loureiro oferece o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, considerando:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

Art. 29. Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos. (MINAS GERAIS, 2012)

A ordenação do currículo do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar é organizada em eixos de trabalhos orientados para a construção de diferentes linguagens e para as relações que ela estabelece com os objetos de conhecimento.

E as capacidades que deverão ser consolidadas, ao final de cada ano, estão definidas no

Art. 61 O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 1º ano:

- a) Desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) Conhecer os usos sociais da escrita;
- c) Compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) Fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

II- 2º ano

- a) Ler e compreender pequenos textos;

- b) Produzir pequenos textos escritos;
- c) Fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III- 3º ano

- a) Ler e compreender textos mais extensos;
- b) Localizar informações do texto;
- c) Ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) Produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

§ 1º Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunica-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

§ 2º Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 62 O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

§ 1º Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

§ 2º Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas. (MINAS GERAIS, 2012)

No art. 60 da Resolução Nº 2.197 da SEE, de 26 de outubro de 2012, são ressaltados o processo de alfabetização e o zelo com o letramento que

[...] são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão. Desde o ano de 2012 a escola conta com 01

professor de Apoio para acompanhamento de uma aluna matriculada no 5º ano/ Escola 2º Endereço.

O Professor Regente de Turma e o Professor de apoio deverão reformular o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno, a cada ano, pois este aluno precisa de um tempo maior no Ensino Fundamental com flexibilização de 30% até 50% ao ser avaliado quantitativo.

Os professores do Ciclo da Alfabetização participam de uma capacitação do Governo Federal, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) - tendo como principal objetivo alfabetizar 100% dos alunos até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Assim, a escola precisa buscar estratégias para garantir que cada criança de acordo com o ano de escolaridade alcance resultado satisfatório dentro das capacidades estabelecidas. Para atingir esse objetivo a escola tem trabalhado com os projetos de acordo com os eixos temáticos dos PCNS:

- Nossa Escola Lê (Português e Literatura) - projeto institucional desenvolvido pelas professoras: professora para uso de biblioteca (PUB), pela eventual e pela regente de turma com os alunos, uma vez por semana;
- Gibis – Maurício de Souza (Português e Literatura)
- Aniversário da escola e da cidade em parceria com a Prefeitura Municipal de João Monlevade.
- Festa junina – É um projeto institucional e interdisciplinar com data prevista no calendário escolar. É o evento mais esperado pela comunidade e pelos alunos.
- Prêmio ARCELOR MITTAL de Meio Ambiente: a agricultura familiar. - É um Projeto institucional e da cidade que trabalha com temas transversais. A empresa Arcelor Mittal, capacita um professor e o Especialista da Escola, que ficam responsáveis pelas orientações e distribuições de cartilhas para professores regentes e alunos, que irão realizar as atividades.
- Água – Projeto desenvolvido pelas Professoras Regentes de turmas do 1º ao 5º ano de acordo com o nível de escolaridade dos alunos e em conformidade com as matrizes curriculares de Ciências. Período: maio

a junho 2014

- MALA VIAJANTE– Projeto desenvolvido pela Professora Regente do 1º ano Escola Sede: semelhante ao projeto NOSSA ESCOLA LÊ, porém um menino e uma menina levam numa pasta um livro, o qual deverá ser lido pelos pais/responsável legal ou outra pessoa que cuida da criança. Na escola a criança reconta a história ouvida em casa. O livro não é repetido. Período: junho a dezembro de 2014.
- Folclore (Português, Artes, Literatura, História) – projeto institucional de acordo com o nível de escolaridade dos alunos. Período: agosto de 2014.
- Festa da família/consciência negra: projeto institucional desenvolvido pelas Professoras: Professora para Uso de Biblioteca (PUB), Professora Eventual, Professoras Regentes, Auxiliares de Serviços da Educação Básica (ASB) com a participação das comunidades das duas escolas. É o segundo maior evento realizado na escola. Professores e alunos preparam atividades artísticas voltadas para o tema “Consciência Negra”, Período: novembro de 2014;
- Programa de Prevenção Contra as Drogas (PROERD) – projeto desenvolvido pela Polícia Militar de João Monlevade para os alunos do 5º ano;
- Roda de literatura (Português, Artes, Literatura) – projeto em desenvolvimento da Professora Regente do 2º ano Escola Sede. Período: agosto a dezembro de 2014;
- Plano de intervenção Pedagógica (PIP) do Ciclo de Alfabetização para os alunos do 3º ano e do 4º ano, com dificuldade na leitura e escrita. Este acompanhamento é realizado duas vezes por semana pelo professor bibliotecário.

A Resolução SEE-MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, orienta as escolas estaduais a desenvolver de forma interdisciplinar os temas transversais:

- I- Educação para o Consumo (Lei 12.909, de 24.06.98), a orientação sexual (Lei nº12. 49, de 14.04.97),a educação Ambiental (Lei nº15.4441, de 11.01.05) e os aspectos da vida cidadã (saúde,sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente,trabalho,ciência e tecnologia,cultura e linguagens);
- II- o estudo sobre direitos humanos (lei nº12. 767, de 21.01.98) e cidadania (lei nº15.476, de 12.04.05);

- III- os conteúdos referentes à História e cultura Afro-Brasileira (Lei nº 11.645 e 11.03.08);
- IV- estudos sobre o uso de drogas e dependência química (Lei nº13. 411, de 21/12/1999) e higiene bucal (Lei nº13. 802, de 27.12.00);
- V- os direitos das crianças e adolescentes tendo como diretriz a Lei nº8.069, de 13.07.90(Lei 11.525, de 25.09.2007)
- VI-a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular arte (Lei nº11.769, de 18 de agosto de 2008);
- VII- educação para o trânsito- de acordo com o código de Trânsito brasileiro;
- VIII- educação alimentar e nutricional na escola-(Lei Federal nº11.947 de 16.06.2009 e Leis estaduais nº15.072 de 05.04.04 e nº18.372 de 04.09.09);
- IX- direito do idoso e Educação Fiscal.(MINAS GERAIS, 2012)

A escola que pretende formar indivíduos para o exercício da cidadania, não pode ignorar a realidade social e deve incorporá-la ao processo educativo. Estes projetos possibilitam trabalhos atualizados a partir de subprojetos, temas ou unidades geradoras, com objetivos de interação, crítica e atuação na realidade promovendo uma integração entre família – escola - comunidade e conhecimento. Assim, como sugerido por Sacristán (1998, citado por Moreira, 2000, p.45)

[...] O conhecimento incide na ação como atributo do sujeito, não como algo que se dê à sua revelia. Daí a importância de se buscar compreender o que se passa em educação a partir da dinâmica das ações dos indivíduos e das ações sociais, a partir dos saberes e dos motivos dos sujeitos envolvidos na prática.

Todas as atividades são discutidas e programadas nos dias do planejamento previsto no calendário escolar ou nos momentos de reunião do módulo II. Além dos projetos Institucionais, várias outras propostas são consideradas relevantes, os projetos didáticos, construídos por professores e alunos conforme necessidade emergente, como o Plano de intervenção Pedagógica.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Lugar é definido por Pinheiro (2001, p. 65) como sinônimo do cotidiano, onde

[...] se expressam não somente as experiências de vida, na perspectiva individual que o termo possa conter, mas contextos de relações distintas que envolvem pessoas, como coletividades e instituições, em espaços e tempos determinados”.

A Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho, oferece o Ensino Fundamental, com a estrutura em ciclos: Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar em Regime de Progressão Continuada, conforme legislação vigente.

Para Santos e Peluso (2006, p.50), “os lugares, com suas diferentes velocidades, advindas de sua história, imprimem as especificidades que somente podem ser apreendidas em sua totalidade”.

O calendário escolar é elaborado anualmente para o Ensino Fundamental prevendo o Ano Letivo de acordo com o Art.24 da Lei 9394/96 e com as orientações através da Resolução da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que estipula o mínimo de carga horária anual de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, excluindo o período destinado à recuperação, com uma jornada de trabalho de 4 h e 15 minutos diárias, sendo 15 minutos para o recreio.

Para Santos (1986, p. 211), a importância do lugar é ressaltada

[...] como porção do espaço que assegura a unidade do contínuo e do descontínuo, possibilitando sua evolução e assegurando uma estrutura concreta inconfundível, e sua configuração como resultado de ações multilaterais que se realizam em tempos desiguais nos diversos pontos da superfície terrestre.

O ano letivo é dividido em 04 bimestres para efeito das avaliações disciplinares. Os alunos são avaliados através de conceitos A (alcançou as capacidades), B (alcançou parcialmente as capacidades) e C (ainda não alcançou as capacidades propostas). Os aspectos cognitivos, comportamentais e sociais são avaliados e registrados no diário de classe, na secretaria da escola as taletas são destacadas do diário do professor e lançados no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE).

A escola funciona em dois endereços, atendendo comunidade diferente. Na escola sede no ano de 2013 foi ofertado o projeto escola de tempo integral, mas devido à falta de recursos humanos o projeto precisou ser interrompido no ano seguinte.

O professor regente dos anos iniciais da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais possui um cargo com a jornada de trabalho de 30 horas semanais, sendo 10 horas destinadas aos estudos e planejamento (coordenação). Sendo 5 horas locais definidas pela direção da escola, que são dispendidas na escola Sede da seguinte forma: todas as quartas-feiras, Módulo II com 2h de duração, nas quintas-feiras atividade extraclasse com 3h de duração e 05h em local definido pelo professor.

No início de cada ano os professores se reúnem e elaboram um planejamento anual de acordo as matrizes curriculares e com as orientações da Secretaria Estadual de Educação, em consonância com a proposta Pedagógica. O planejamento é dividido por bimestres, deste são definidos os eixos e capacidades para trabalhar semanalmente, tendo acompanhamento da supervisora pedagógica, pela diretora e analista da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era, esta uma vez por mês.

O planejamento é analisado, revisto, adequando à realidade e necessidades diagnosticadas pelo professor e pela supervisora pedagógica em relação aos alunos e à turma, alternando as estratégias e metodologias para garantir equidade na aprendizagem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A direção da escola não decide nada sozinha, mas sim apoiada na decisão do Colegiado Escolar. E através deste planejamento participativo com o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, a equipe gestora se sente fortalecida para juntos decidirem sobre as ações em caráter deliberativo e consultivo referentes à escola.

A escola tem um Colegiado Escolar que é formado por representantes da comunidade escolar (professores, demais funcionários, representantes de pais, responsáveis por alunos menores de 14 anos e representantes dos alunos) conforme o Art. 2º Resolução SEE nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014. São eleitos de dois em dois anos através de Resolução da Secretaria Estadual da Educação de MG e são indicados através do voto por seus pares. Todas as ações da escola são consultivas e deliberativas pelo Colegiado Escolar.

A Resolução da SEE - MG nº 2.554, de 26 de fevereiro de 2014, "dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na estadual de ensino de Minas Gerais", a qual reconhece "a importância do Colegiado para o fortalecimento da gestão da escola".

Em seu no art 9º determina que

As reuniões do colegiado escolar ocorrem por convocação de seu presidente ou por, no mínimo, dois terços de seus membros titulares ou pelo diretor da Superintendência Regional de Ensino à qual a escola pertence:

I - ordinariamente, uma vez por mês;

II - extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 10 - As reuniões do Colegiado Escolar devem contar com a presença de mais de 50% dos membros titulares.

§ 1º Na hipótese de afastamento do titular, o suplente que o substituir constará do percentual previsto no artigo.

§ 2º O membro titular que faltar a três reuniões consecutivas ou alternadas, sem justificativa formal, é automaticamente desligado e substituído pelo suplente. (MINAS GERAIS, 2013)

As contribuições que o Colegiado Escolar proporciona à gestão escolar são significativas, pois são muitas as suas competências, as quais estão expressas no Art. 8º:

I - elaborar e divulgar o cronograma das reuniões ordinárias;

II - aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação e do Regimento Escolar;

III - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando se fizerem

necessárias, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;
IV - indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e de afastamentos temporários;
V - propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG);
VI – propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura de paz no ambiente da escola;
VII - propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes, e acompanhar sua execução;
VIII - referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;
IX - opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola. (MINAS GERAIS, 2013)

Nesta escola há grande rotatividade no quadro de dirigentes devido à falta de interesse no cargo comissionado. As equipes diretivas são eleitas para um mandato de três anos podendo se reeleger e chegar a no máximo dois mandatos, através de certificação, e eleição direta pela comunidade escolar: professores, demais funcionários da escola e pais.

Compõe a equipe diretiva da Escola apenas o Diretor devido ao número de turmas inferior a 15 turmas na escola que não comporta um vice-diretor. A atual diretora foi designada, com aprovação do Colegiado Escolar e SRE/SEE no ano de 2013 para o cargo, devido vacância do cargo/desistência da candidata eleita.

É afirmado por Kazmier que:

A habilidade em tomar decisões é a chave para o planejamento bem sucedido em todos os níveis da gestão. Isto envolve mais que uma simples seleção de planos de ação que assume pelo menos três fases: diagnóstico; descobertas de alternativas e análises (KAZMIER, 1975).

A diretora, juntamente com a Comunidade Escolar, tem buscado democraticamente, criar estratégias para melhorar a qualidade de ensino, através do diálogo e da participação responsável de todos num clima de equipe, acreditando num caminho necessário para a formulação de um novo Projeto Político Pedagógico.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

Em seu texto Japecanga (2000, p.41) destaca que

“A democratização das relações de trabalho na escola pública básica, ressalta uma realidade bastante difícil, em vários sentidos como professores mal formados, jornada de trabalho excessiva e políticas públicas antidemocráticas. As relações de trabalho na escola pública se constituem em relação de poder. Para Weber (1979,p.43) “poder” significa “a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”.

Para Lucchesi (citado por Japecanga, 2000, p.45), "o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador". Nesta proposta construída pela coletividade, cabe, portanto ao gestor, "promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena dos profissionais, alunos e pais, num processo" de socialização (DORSA, 2014).

Sendo a escola um ambiente de interação, os espaços são flexíveis, estabelece momentos de reflexão-ação-avaliação da realidade escolar.

A escola entende a disciplina como forma de organização escolar, não como meio de controle de comportamento. No âmbito da sala de aula, educadores e alunos deverão estabelecer os princípios, as normas, os contratos de convivência, estendendo-os aos pais, dentro do processo pedagógico e regimental.

A escola e a família devem estabelecer uma relação de parceria, respeitando os papéis que competem a cada uma, buscando uma participando comprometida por todos.

Todo princípio deverá considerar a legislação vigente em estatuto próprio do Conselho de Classe, Regimentos Escolares, Colegiado e Caixa Escolar.

Os conflitos que ocorrem em sala de aula são resolvidos pelos professores, os casos mais graves encaminhados à direção, a família é convocada para comparecer à escola. Em caso extremo solicita-se a presença dos pais, o Colegiado Escolar, Conselho Tutelar e a Patrulha Escolar.

Há um bom relacionamento entre a equipe diretiva, professores, alunos, família e demais funcionários. A equipe diretiva está à frente do trabalho, mas todas as decisões pedagógicas, financeiras e administrativas são pautadas no Colegiado Escolar.

A escola promove atividades com objetivo de motivar os pais a participarem da vida escolar de seus filhos através de reuniões, palestras, valorizando as famílias que participam dos trabalhos promovidos pela escola.

Todo final de etapa letiva são realizadas as reuniões de pais, para que os mesmos tomem conhecimento da vida escolar de seu filho, e caso haja necessidade a escola convocará a presença do responsável, no dia a dia para esclarecimentos factuais, via circular, boletins individuais, com registros no caderno de ocorrências e autoavaliação. Estas reuniões são realizadas à noite no horário de 18 h às 20h, previamente estabelecido no calendário escolar.

Esta interação aluno, pais e escola possibilita superar dificuldades no processo de ensino aprendizagem e na educação dos cidadãos que é compromisso de todos os envolvidos.

7. AVALIAÇÃO

Após a promulgação da LDB 9394/96, a avaliação escolar passou a ter um caráter mais processual, íntegro e humano, em destaque na alínea a, do art. 24º- "a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

Segundo Libâneo (1994, p.195),

"A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias."

Para Santana (1995, p.7) a "avaliação é a alma do processo educacional porque é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto".

A Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais tem um sistema de avaliação, o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação) que

[...] é um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas, e às unidades escolares um retrato de seu desempenho. (CAED/UFJF, 2014)

A escola estadual Antônio Loureiro participa das avaliações sistêmicas:

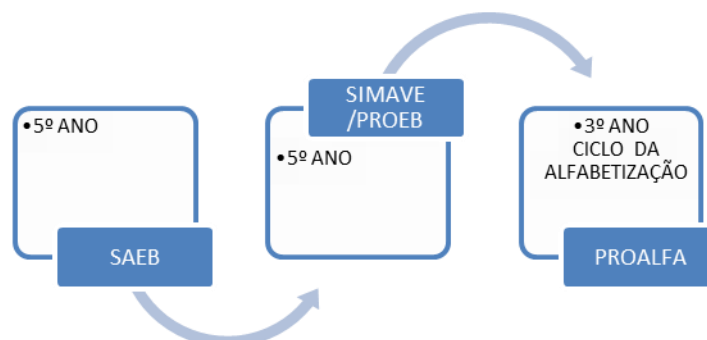


Figura 1 - Avaliações Sistêmicas (elaborado por Neuza Duarte)

O SAEB⁹ (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é composto por três avaliações externas em larga escala (INEP,2014). A Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais criou o SIMAVE¹⁰ (Sistema Mineiro de Avaliação) que engloba o PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização), o PROEB (Programa de Avaliação da Educação Básica) e o PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), cujo objetivo é entender as muitas dimensões da educação pública, buscando aprimoramentos.

Para esta escola em estudo, as metas de proficiência também foram estabelecidas pelo IDEB¹¹ – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB tem contribuído para que o país se auto-avale no tocante à educação, na escola são realizadas as provas do Sistema Mineiro de Avaliação - SIMAVE e a PROVA BRASIL. Os resultados dessas avaliações trazem um momento de reflexão para a escola, pelo qual os educadores comparam o desempenho dos alunos com eles mesmos e com as demais escolas do município e do estado. Sabe-se que este não é o único instrumento que se deve considerar ao analisar o sucesso ou fracasso da escola, mas a importância desse parâmetro nacional é primordial para a escola realizar uma autoavaliação e redimensionar ou aprimorar a sua prática educativa.

⁹Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb:

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Anresc (também denominada "Prova Brasil")

Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA :foi incorporada ao Saeb pela [Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013](#)

²A Secretaria de Estado da Educação criou o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), em janeiro de 2000. Em 2006, o SIMAVE foi aperfeiçoado e ampliado. As avaliações, promovidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e realizadas por instituições externas vinculadas a universidades federais sediadas em Minas Gerais, passaram a ser anuais.

¹¹Índice de Desenvolvimento da Educação Básica .Foi criado pelo [Inep](#) (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).



Figura 2 - elaborado por Neuza Duarte

Diante dos resultados das avaliações externas a equipe tem refletido sobre o fazer pedagógico, as ações cotidianas na escola, as práticas em sala de aula e o relacionamento mútuo.

Faz parte também do PPP o PIP¹² onde são feitas intervenções pedagógicas com foco nas habilidades que não foram consolidadas. As ações vão desde o reagrupamento dos alunos, realização de oficinas de leitura e escrita, projetos interdisciplinares envolvendo as famílias, orientações aos alunos, pais e até a visita domiciliar.

Percebe-se o envolvimento e o comprometimento da equipe escolar em construir uma escola de melhor qualidade, mas ainda há um questionamento: quais são os diferenciais para uma instituição de ensino garantir um ensino de qualidade?

No caminho para uma resposta, Luck (2006, p.48) argumenta que "A qualidade do ensino depende de que as pessoas afetadas por decisões institucionais exerçam o direito de participar desse processo de decisões, assim como tenham o dever de agir para implementá-las".

A política educacional mineira tem buscado elevar a qualidade do ensino e envolver a família na escola. Já é determinado pela SEE - Secretaria Estadual de

¹² PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA. É um programa desenvolvido em todas as escolas estaduais de Minas Gerais, com objetivo de oferecer apoio à equipe escolar e garantir a aprendizagem do aluno.

Educação de Minas Gerais, no Calendário Escolar o DIA “D¹³”. O primeiro é realizado com todos os funcionários da escola “Toda escola deve fazer a diferença”, onde se espera que seja discutido "os resultados das avaliações internas e externas [...], as metas acordadas, e que possa também reavaliar as ações e refletir sobre a realidade da aprendizagem dos alunos e planejar as ações de intervenção pedagógica" para os alunos de baixo desempenho, de acordo com o Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógico. (MINAS GERAIS, 2013, p.5)

O segundo momento é realizado com a participação dos pais, alunos, professores, equipe pedagógica e diretiva, “Toda a Comunidade Participando”. É realizado num sábado, mais um momento importante de refletir, de ouvir, de conhecer os resultados das avaliações externas, ressaltar a importância e o dever da família em acompanhar a vida escolar do filho, em sugerir ações para ajudara melhorar a educação na escola.

Segundo Perrenoud (1999, p.7), "competência é a capacidade de agir com eficácia em um determinado tipo de situação prática da vida cotidiana. Para isso, é preciso lançar mão de conhecimentos e colocar em ação vários outros recursos cognitivos."

A avaliação da aprendizagem é realizada de forma contínua e processual, dinâmica e participativa, e diagnóstica e investigativa. Sendo assim, a escola utiliza vários instrumentos para se avaliar e acompanhar os trabalhos didáticos e o processo de ensino-aprendizagem.

Utiliza-se nesse processo, a auto-avaliação, avaliação escrita, participação do aluno, seminários e projetos interdisciplinares. A avaliação escrita divide-se em avaliações mensais e bimestrais, nas quais é atribuído conceito.

Em reuniões são avaliadas as ações que foram implementadas, as que estão sendo realizadas e as que não foram possíveis para que se possa replanejar.

De acordo com o decreto n °2.251/2006 da SME: "A escola deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de

¹³O dia D é uma ação pedagógica que envolve educadores e comunidade, realizada por meio de uma parceria entre o Governo de Minas e os municípios do Estado. Neste momento as escolas fazem uma discussão para repensar as estratégias de ensino e adequar o plano de intervenção pedagógica, apresentando-o à comunidade escolar para que ela também possa apresentar suas sugestões. Este dia é denominado de ‘Toda a comunidade participando’.

avaliação dos alunos, oferecendo-as no decorrer do ano letivo e após o mesmo estudo de recuperação" (SME de Montes Claros, 2006, art. 8º). E, "para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontra". (MINAS GERAIS, 2004, art. 36)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), no art. 24, inciso I, a classificação do aluno pode ser feita em qualquer série ou etapa, exceto a 1ª do Ensino Fundamental.

A Classificação significa "posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, Ciclos ou outras formas de organização, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento". (MINAS GERAIS. Progestão, 2013, p.20)

A Reclassificação, procedimento de caráter excepcional, implica em

[...] reposicionar o aluno em série, período, ciclo, fase ou etapa diferente daquela indicada em seu histórico escolar.

É recomendável que a decisão de reclassificação seja decorrente de manifestação de uma comissão, presidida pela Direção da Escola, e que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser classificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógicas.

A descrição do processo de reclassificação fará parte do Regimento Escolar que deverá estar em vigor no início do período letivo.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno serão arquivados na escola. (MINAS GERAIS. Progestão, 2013, p.20).

A avaliação de desempenho dos profissionais tem o objetivo de acompanhar durante o ano letivo e avaliar o desempenho do servidor público, para conferir-lhe estabilidade, com base na aptidão e capacitação demonstrada para realizar seu trabalho durante o período de estágio probatório e também para o seu quadro efetivo, todo procedimento é orientado pela Resolução 5645/04 e 5690/04. Este acompanhamento também é realizado com o servidor designado também, mas não é lançado no sistema de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a Escola é uma Instituição social, voltada para ofertar uma educação de qualidade às nossas crianças, para tanto, é necessário que os objetivos de toda comunidade escolar estejam integrados, bem como todo corpo docente e administrativo, pautados nos princípios legais, regidos por Resoluções e Leis vigentes.

O Projeto Político Pedagógico é o retrato da Instituição. Nele estão contidas as metas, os objetivos, suas estratégias, suas atividades pedagógicas e administrativas. Ele é também parte integrante do Regimento Escolar e do planejamento.

O gestor escolar deve ser o principal articulador não deve colocá-lo como um documento intocável e de gaveta, precisa ser amplamente divulgado. É urgente e necessário efetivar esta ação.

Devemos ter consciência de que esse trabalho é voltado para uma reflexão maior, para direcionar nossas ações. O Projeto Político pedagógico nunca está pronto e acabado, ele nos dá abertura para que possamos realizar mudanças que assegurarão aos educandos uma melhoria na qualidade do ensino.

Ainda temos muito que caminhar, pois nossa escola enfrenta grandes desafios, mas, o primeiro passo foi dado, ao construirmos este projeto e contamos com o apoio da equipe escolar, pois todos estão envolvidos, buscando melhorias para a escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Verônica. **Administração ou gestão escolar: concepções e escolas teóricas.** Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1c8gG9ZupezfjOLjWmYPvai2avAg6-SLEG2iywE-nFEE/edit>>. Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Emendas Constitucionais.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Brasília, 2006. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Lei nº9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Congresso Nacional. Diário Oficial de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de jul de 2014.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em 26 out 2014.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAED/UFJF). Portal da Avaliação - CAED/UFJF. **Avaliação Externa.** Disponível em < <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-externa/>>. Acesso em: 25 out 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação & Sociedade, vol 28, nº 100 – Especial p. 1015- 1035, out. 2007. Disponível em HTTP://WWW.scielo.br/pdf/ES/v28n100/ a 1828100. pdf. Acesso em 01/08/2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação.** In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortezo. p. 89-102. Disponível em:<http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0056>. Acesso em 26 out 2104.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Administração.** Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 26 out 2010.

DOURADO,Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf /qualidade_da_educacao.pdf>. Acesso em: 29 jun 2014.

DORSA, Karina. **Professores competentes**. Disponível em <http://gestaoescolar2010.blogspot.com.br/2009_06_01_archive.html>. Acesso em 26 out de 2104.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em <[HTTP://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357)> Acesso em 19 ago 2014.

KAZMIER, Leonard. J. **Princípios de Gerência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição

LUCK, Heloísa. et.al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005

MINAS GERAIS. **Guia do Especialista em Educação Básica – SEE/MG**. 2010, p.13. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B9C964833-3314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf>. Acesso em 26 Out 2014.

_____. **Secretaria de Estado de Educação. SIMAVE**. Disponível em <<http://www.simave.caeduff.net/proeb/resultadosescala/>>. Acesso em 20 Jun. 2014.

_____. **Termo de compromisso**. (artigo 28 do Decreto n.º 44559, de 29/06/2007). Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/documentos/certificacao-ocupacional/02_termo-de-compromisso-diretor-e-vice.pdf>. Acesso em 26 Out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 1812, de 22 de março de 2011**. Disponível em: <<http://www.indicacaodiretor.mg.gov.br/documento/019.pdf>>. Acesso em 26 Out. 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 26 out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 2442, de 07 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2442-13-r.pdf>>. Acesso em: 26 out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 25554, de 07 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2442-13-r.pdf>>. Acesso em: 26 out 2014.

_____. **Resolução SEE nº 521, de 02 de fevereiro de 2004**. Disponível em:<<http://sreuberlandia.educacao.mg.gov.br/images/stories/docs/direa/legislacao/resoluc-ao-521-de-2004.pdf>>. Acesso em 26 out 2014.

_____. Secretaria Municipal de Pato de Minas. **PROPOSTA CURRICULAR Volume 1 – Pressupostos Teóricos 2005/** Disponível em: <www.patosdeminas.mg.gov.br/.../PROPOSTA%20CURRICULAR%20vol...> Acesso em 26 out 2014.

_____. Secretaria Municipal de Montes Claros. **Decreto nº2.251/2006.** Disponível em < http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/decretos/decret_2006/jul-06/decreto-2251-06.pdf>. Acesso em 26 out 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Projeto de capacitação a distância para gestores escolares (Progestão) 2013.** Disponível em < progestao.educacao.mg.gov.br>. Acesso em 26 out 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Projeto de capacitação a distância para gestores escolares (Progestão) 9ª edição.** Caderno de Intermódulo III. Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? 2013. Disponível em < crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/Progestao/interModuloIII.doc >. Acesso em 26 out 2010.

_____. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. **Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica 2013.** Disponível em < http://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/pip/CARTILHA_PIP_GUIA_REVISAO_WEB.pdf>. Acesso em 26 out 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites avanços.** Educação & Sociedade. Ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 29 jun 2014.

_____. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 21 jul 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 14/07/2014.

PACHECO, José A. (1996). **Currículo: Teoria e Práxis.** Porto: Porto Editora.

PERRENOUD, Ph. (1999). **Construir as Competências desde a Escola.** Porto Alegre : Artmed Editora (trad. en *portugais de Construire des compétences dès l'école*. Paris : ESF, 1997, 2^e éd. 1998).

PINHEIRO, Roseni. **As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integralidade.** In Pinheiro; Roseni; Mattos, Ruben Araújo de (orgs.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS; ABRASCO, 2001. p. 65

PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) **Administração escolar e política da educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4a. ed. 1a. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Por uma Geografia nova**. 3a. Ed. São Paulo, Editora Hucitec. 1986.

SANTOS, Alexandre A.; PELUSO, Marília. **A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NO DEBATE SOBRE A INTEGRALIDADE NA SAÚDE - ALGUMAS REFLEXÕES**. Hygeia, Uberlândia, v.2, n.2, p.47-55,2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16842/9267>>. Acesso em 26 out 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1).

TIMÓTEO. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Antônio Loureiro Sobrinho**, Timóteo, MG, 2012

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1979. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf>. Acesso em 26 out 2014.